

## **2**

### **A compreensão leitora - revisão de literatura**

Esta dissertação concentra-se no processo de compreensão em leitura e toma como exemplo de compreensão o resumo de um texto. Dada a complexidade e dificuldade de definição do que significa ler e compreender, como afirma Kleiman (2008), vamos neste capítulo, primeiramente, apresentar uma revisão geral de alguns conceitos e aspectos envolvidos no processamento da leitura e compreensão. Logo após, nos deteremos nas definições de macroestrutura, microestrutura e superestrutura textuais e em suas implicações no processo de compreensão.

#### **2.1**

##### **O processamento da leitura e a compreensão textual**

A leitura é um processo cognitivo complexo que mobiliza diferentes bases de conhecimento e operações mentais de natureza distinta. Smith (2003) sugere que há dois tipos de informações envolvidas na leitura de um texto: a visual e a não visual. O primeiro tipo está associado às informações retiradas da impressão propriamente dita do texto, cuja decodificação segue a trajetória que vai dos olhos ao cérebro, e o outro tipo, não visual, é composto por tudo o que sabemos sobre linguagem e sobre o mundo. A leitura, portanto, não se resume ao processo de decodificação de informação visual. Para que um texto seja compreendido, é necessário que o leitor transforme a informação visual em significado. Smith (2003), no entanto, considera que o sistema visual tem importante implicação para a compreensão, no sentido de que a leitura deve ser relativamente rápida para não sobrecarregar a memória, e também seletiva, mantendo a atenção nas partes mais importantes de um texto.

Quanto à relação entre informação visual e não visual envolvidas na leitura, Smith (2003) afirma que essas duas informações ocorrem simultaneamente e influenciam uma a outra. Quanto mais se sabe a respeito do que é lido, menos informação visual é requerida para identificar uma letra ou palavra. Ao contrário, quanto menos informação não visual, mais informação visual é requerida. Por exemplo, se a informação escrita estiver em uma linguagem difícil e não conhecida, ou se o leitor não está familiarizado com determinado assunto, a velocidade de leitura vai diminuir e demandar mais concentração na informação visual. Podemos, dessa forma, inferir que o leitor muito dependente da informação visual vai ter comprometido o processamento da informação e poderá não compreender a mensagem da passagem que está lendo.

O mesmo autor se refere ao aspecto “previsão” como base para a compreensão da linguagem escrita. A compreensão será limitada por alternativas prováveis da estrutura aparente que vão indicar qual alternativa prevista é a mais adequada para a compreensão. Nesse sentido, os gêneros textuais, dadas as suas características estruturais e linguísticas, têm importância fundamental para a previsão daquilo que será apresentado em um texto do ponto de vista informacional.<sup>1</sup>

Os trabalhos sobre leitura consideram que a compreensão do texto ocorre do enlace das informações contidas no contexto com o conhecimento de mundo, acionado através dos “frames” de conhecimentos partilhados entre os interlocutores. Entendemos “frames” como uma rede de relações semânticas que estruturam as informações no cérebro humano. “Compreender textos depende, portanto, de uma grande parcela de conhecimentos partilhados” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 291). O sentido do texto é construído de forma interativa, já que depende não só do texto em si, mas também do conhecimento prévio dos leitores.

---

<sup>1</sup> Abordaremos a questão do gênero mais adiante neste estudo; nos interessa, por hora, enfatizar a importância do conhecimento sobre gêneros como um dos elementos concorrentes para o processo de formação de sentidos na leitura de um texto.

“Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido” (KOCH, 2005, p.30).

Podemos dessa forma dizer que a compreensão da escrita só ocorre se um determinado contexto é comum ao processo interativo entre leitor, texto e autor. Koch (2005) diz que a compreensão ocorre a partir de três sistemas (cf. HEINEMANN; VIEHWEGGER apud KOCH, 2005): o conhecimento linguístico (gramatical e lexical), o conhecimento enciclopédico (conhecimento de mundo) e o conhecimento sócio-interacional (conhecimento sobre as ações verbais).

Marcuschi (2008) defende a posição de que ler “não é um ato de simples extração de conteúdos ou identificação de sentidos” (p. 228). Para o autor, ler é tarefa que não depende somente de esquemas linguísticos ou cognitivos para a produção de sentidos, mas é um processo que “exige habilidade, interação e trabalho” (p. 230). Marcuschi diz ainda que não existem garantias de que a leitura de um texto possa gerar compreensão.

Para Goodman<sup>2</sup> (1973), “a leitura é um processo psicolinguístico pelo qual o leitor (um usuário da língua) reconstrói, da forma possível para ele, uma mensagem que foi codificada e disponibilizada graficamente pelo escritor” (p. 22). Ele aborda a leitura como uma “atividade de interação entre o pensamento e a linguagem” (GOODMAN apud KLEIMAN, 2008, p. 29).

Os estudos psicolinguísticos contribuíram para a compreensão das etapas envolvidas no processamento de textos escritos: desde a decodificação do sinal gráfico até os processos cognitivos de ordem superior que envolvem processos integrativos, relativos à construção de sentidos do texto.

---

<sup>2</sup> “Reading is a psycholinguistic process by which the reader (a language user) reconstructs, as best he can, a message which has been encoded by a writer as graphic display” (GOODMAN in SMITH, 1973, p.22). Tradução nossa.

No que diz respeito às habilidades cognitivas, Kleiman (2008) afirma que o engajamento da percepção, atenção e memória é importante para o texto fazer sentido na mente do leitor. Essas habilidades cognitivas interagem para a decodificação sintática e semântica na tentativa de compreensão de determinado conteúdo textual.

Dentre as habilidades de compreensão, citamos as habilidades linguísticas, que (2007), quando se refere a estas habilidades, cita o conhecimento gramatical, para a percepção das relações entre palavras; o conhecimento de vocabulário, para percepção de estruturas textuais e das intenções de um texto; e o conhecimento internalizado dos gêneros do discurso. Essas habilidades “não são exclusivas da leitura, mas mostram correlações muito fortes com a capacidade de leitura” (KLEIMAN, 2007, p. 66). Na opinião da autora, o bom leitor possui esse conjunto de habilidades. A leitura para Kleiman é um processo interativo em que os conhecimentos do leitor “interagem em todo o momento com o que vem da página para chegar a compreensão” (2008, p. 17).

Para os estudos psicolinguísticos, a compreensão é o resultado de processos inferenciais que ocorrem durante a leitura. Os processos inferenciais possibilitam o estabelecimento da coerência do texto. Van Den Broek (1994) afirma que, quanto mais relações o leitor consegue fazer, mais coerente vai ser a representação do texto e tanto melhor será sua compreensão. As inferências são idéias não incluídas explicitamente em uma mensagem, mas que são deduzidas pelo leitor e incluídas na representação interna da mensagem. “Essas informações fornecidas pelo leitor, que servem para criar lógica no texto, são essenciais para a compreensão daquilo que o autor quer comunicar” (LIBERATO, Y. ; FULGÊNCIO, L, 2007, p.31).

A elaboração de inferências depende de conhecimentos anteriores do leitor e da sua habilidade de recuperação do texto na memória. As inferências são mensagens que estão implícitas no texto. Singer (1994) afirma que são idéias não incluídas numa mensagem que são capturadas pela representação interna da mensagem. É um processo cognitivo no qual o leitor constrói “uma nova representação semântica” (MARCUSCHI 2008, p. 249). Singer (1994) diz que as inferências lógicas são

dependentes de regras formais (pistas sintáticas e semânticas) que facilitam sua elaboração. Outros fatores que podem influenciar o processamento da inferência, segundo Singer, são a capacidade de processamento individual, a idade do sujeito, o conhecimento acumulado e o tipo de tarefas orientadas para o texto. Para Singer, o leitor habilidoso sabe fazer as inferências necessárias, no sentido de preencher as lacunas existentes no texto e elaborar idéias que resultarão na compreensão.

De acordo com Bakhtin (2003), a compreensão plena de um enunciado demanda uma atitude responsiva por parte do leitor. Para o autor, a leitura é uma interação que envolve não só habilidades cognitivas do leitor, mas também negociações entre autor, texto e leitor que concorrem para a construção de significados de um texto:

“(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado lingüístico do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; (...). Toda compreensão é preche de respostas, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (BAKHTIN, 2003, p. 270).

Kleiman (1986, p.42) diz que “a legibilidade de um texto é o grau de dificuldade desse texto para um leitor ideal, que se situa numa faixa etária determinada, com uma experiência escolar determinada”. A dificuldade de compreensão de um texto, depende, dentre outros fatores, do conhecimento que o leitor traz para a interação.

Goodman (1973) argumenta que nenhum leitor que lê textos pela primeira vez é isento de erros na interpretação dos sentidos do texto. Assim, podemos imaginar qualquer texto que traga algum recorte de determinada área de conhecimento e concluir que nem sempre sabemos tudo sobre o tópico ou sobre as informações novas que o texto veicula. Mas, se o leitor não possuir conhecimentos prévios sobre o assunto, e, dessa forma, não conseguir integrar o conhecimento anterior com o que

está sendo lido, dificilmente ele vai poder gerar uma macroestrutura<sup>3</sup> de compreensão do texto fonte. Os autores Louwerse & Graesser (2006) postulam que os leitores automaticamente relacionam as informações novas contidas no texto com o conhecimento de mundo anterior. O sucesso dessas ligações é crucial, já que sem essa integração a informação do texto se torna inócua/invisível para o indivíduo.

No que se refere à interação texto/autor/leitor no processo de compreensão de um texto, vamos nos deter nas pistas sintáticas e nos aspectos macroestruturais que possibilitam parte desse diálogo textual. A partir da análise de resumos<sup>4</sup>, procuraremos verificar em que medida houve compreensão ou não de um texto fonte. Sabemos que medir ou definir compreensão é tarefa complexa. Trabalhamos na tentativa de caracterizar com algum detalhe os procedimentos realizados pelos leitores na estrutura de um texto ao elaborarem um resumo. Para isso faz-se necessário entender quais são essas estruturas que facilitam a compreensão.

## 2.2

### **Caracterização do texto: macroestrutura, microestrutura e superestrutura**

Em relação ao processamento do texto e modelos de leitura, os estudos cognitivos iniciam-se na década de 70 com os teóricos van Dijk e Kintsch, pesquisadores das áreas de psicologia e psicolinguística. Sob a influência destes estudiosos desenvolvem-se investigações dos processos cognitivos sobre produção e compreensão de textos, e sobre a representação de modelos mentais de compreensão.

van Dijk propõe a noção de macroestrutura textual como um dos elementos que colabora para a formação de sentidos de um texto na mente do leitor. A noção de macroestrutura foi introduzida por ele com o objetivo de prover uma descrição

---

<sup>3</sup> O conceito de macroestrura encontra-se definido na seção 2.2.

<sup>4</sup> Segundo van Dijk (2004), o resumo pode ser considerado exemplo de macroestrutura.

semântica abstrata do conteúdo global e coerência do discurso. Sua abordagem foi embasada principalmente nas teorias estruturalistas e na gramática gerativa transformacional de Chomsky.

Ao pensarmos no desenvolvimento do conceito de macroestrutura, temos que ter em mente que este se origina do estudo das estruturas narrativas. O termo “macroestrutura”, segundo Louwerse & Graesser (2006), foi inicialmente introduzido por Bierwisch em 1965 para analisar estruturas narrativas em textos literários. Em 1968, segundo os mesmos autores, Harris apresentou uma idéia similar de estrutura global de textos. No mesmo ano, foi traduzida do russo para o inglês a obra de Vladimir Propp “Morphology of the folktale”(original de 1928). Propp defendia que os contos de fada russos possuem uma estrutura narrativa semelhante entre si e se propôs a descrevê-la. No mesmo período, os narratologistas, como Greimas, Bremond, Labov e Waletzky, Lévi-Strauss e Todorov, propuseram gramáticas da narrativa de natureza estruturalista.

A macroestrutura, na concepção de van Dijk (2004), é uma estrutura subjacente abstrata: a forma lógico-semântica que representa um texto como uma unidade completa. Esta é uma “reconstrução teórica de noções intuitivas como a de tópico ou a de tema de um discurso” (p.51). É um constructo abstrato que estabelece as estruturas semânticas globais de um texto. A macroestrutura deixa explícito o que é mais relevante no discurso, possibilitando a atribuição de um sentido global ao mesmo, isto é, o estabelecimento da coerência textual. van Dijk (2004) diz que a interpretação e produção de um discurso só pode ser coerente se as sentenças e os atos de fala são organizados nessa estrutura hierárquica mais alta. Para ele, a macroestrutura explicaria como os usuários de uma língua são capazes de sumarizar textos, responder a perguntas sobre eles e memorizá-los, mesmo que as sentenças individuais que formam o todo não estejam mais disponíveis ao falante/leitor.

Seguindo a mesma abordagem de van Dijk, Louwerse & Graesser (2006) dizem que textos não são somente uma concatenação de sentenças; são estruturas organizadas tanto localmente, nas conexões entre orações e sentenças, quanto

globalmente, nos parágrafos, por exemplo. A microestrutura, por sua vez, diz respeito às estruturas das orações e relações de coerência e conexão entre elas. As regras sintáticas e o significado das palavras nas sentenças formam a microestrutura de um texto. As microestruturas organizam as inter-relações dos conjuntos proposicionais de frases, orações e períodos.

A microestrutura, desse modo, corresponderia à superfície da sentença e a macroestrutura à estrutura profunda do texto. Tal como as estruturas superficiais, a microestrutura tem regras para representar a sentença semanticamente e, tal como a estrutura profunda, a macroestrutura tem uma natureza semântica abstrata e pode ser especificada pelas regras macro-semânticas que operam nas microestruturas. Podemos dizer então que a macroestrutura organiza um texto na sua forma global e a microestrutura organiza-o no nível sentencial.

As pesquisas realizadas por Kintsch e van Dijk resultaram num modelo de compreensão textual que busca explicar a coerência textual. De acordo com o modelo, o objetivo final da compreensão textual é a formação de micro e macroestruturas. Durante o processo de interpretação de um texto, as unidades textuais são transformadas em proposições. van Dijk (2004) diz que a estrutura semântica decorrente da interpretação dessas proposições é originada a partir das macrorregras de deleção, generalização e construção, que são operadas com base nas proposições do texto, em conjunto com o conhecimento de mundo dos leitores. As macrorregras são operações do processamento cognitivo relacionadas à compreensão, que organizam e reduzem informações advindas de um texto falado ou escrito. No processamento da compreensão da leitura, as macrorregras são aplicadas à microestrutura para se obter a macroestrutura global do texto. As macrorregras operam recursivamente, de tal forma que a macroestrutura que é gerada a partir das macrorregras pode servir como origem para um novo ciclo de execução, que encaminhará para a apreensão do que é essencial em um texto.

Ao descrevermos o procedimento do uso recursivo das macrorregras ao resumirmos um texto, podemos dizer que estas transformam sequências de proposições num conjunto menor de proposições mais gerais. Este processo ocorre

pelo apagamento de proposições menos importantes para o significado geral do texto, pela generalização de proposições e pela construção de novas unidades textuais que substituem o significado da proposição original.

Nesta pesquisa nos interessa saber a forma como estas proposições foram manipuladas nos resumos elaborados pelos sujeitos, e se a modificação das proposições podem ou não alterar o sentido do texto, para tentar estabelecer um parâmetro que indique se o sujeito compreendeu ou não o texto fonte. Para isso precisamos entender o que seja proposição e seus elementos constituintes.

Adotamos o conceito de proposição que tem sido empregado em linguística, visto que este nos permite estabelecer uma relação entre proposição e oração, o que se revelou importante para fins de análise dos resumos. Proposição é entendida aqui então como estrutura relacional com um predicado e um ou mais argumentos e, seguindo van Dijk (2004, p.27), assumiremos que “exista uma relação de um para um entre proposições e orações: uma oração expressa uma proposição”.

Kintsch (1974 apud LOUWERSE & GRAESSER, 2006) propõe que a representação de um texto na memória é uma rede de proposições inter-relacionadas. Para o autor, as proposições são unidades de significação que se constituem de um predicado que modifica um ou mais argumentos.

Negrão, Scher & Viotti (2007) explicam que as sentenças “expressam situações” (p.97) e que uma “situação é um termo geral para descrevermos atividades, estados ou eventos” (idem). A representação semântica dessas situações corresponde ao que entendemos por proposições. O termo que na proposição descreve uma atividade, um estado ou um evento é analisado como o termo predicator<sup>5</sup>. Os predicados selecionam os elementos que com eles co-ocorrem e impõem exigências (semânticas e sintáticas) a esses itens. Diz-se que um predicado tem uma estrutura argumental, isto é, possui lacunas a serem preenchidas pelos argumentos que seleciona. Os argumentos, por sua vez, correspondem aos participantes envolvidos

---

<sup>5</sup> Estamos usando aqui indistintamente os termos predicado/predicator; esses termos não devem ser confundidos com o uso de “predicado” na gramática tradicional.

nas situações expressas pelos predicados e desempenham papéis semânticos especificados por estes:

- Os predicados são itens capazes de impor condições sobre os elementos que com eles compõem o constituinte do qual são núcleos. Argumentos, por outro lado, são os itens que satisfazem as exigências de combinação dos predicados (idem, p. 100).

O verbo é a classe gramatical que mais caracteristicamente pode funcionar como predicador. Considere-se, a título de ilustração, o seguinte exemplo dado pelos autores: “*Criança adora gato*”. Temos aqui a situação de ‘adorar’, que requer a presença de dois participantes, os constituintes “criança” e “gato”, que desempenham papéis diferentes na situação: um adora e o outro é adorado. A “criança” e o “gato” são argumentos do predicado “adorar”. Dessa forma, “adorar” “é um predicado de dois lugares, porque ele toma dois argumentos, cada um desempenhando um papel diferente” (p.98).

Outras classes gramaticais podem atuar como predicadores - nomes, adjetivos, preposições, advérbios. No caso, por exemplo, de sentenças com verbos de ligação, os adjetivos são analisados como predicadores, aos quais podem ser relacionados um ou mais argumentos. Na frase, *Maria é fiel a José*, por exemplo, o predicador é o adjetivo *fiel* e os argumentos são *Maria* e *José*. Registre-se ainda que uma oração pode apresentar diferentes níveis de predicação. Na frase *Todos reclamaram da anulação do gol*, há um primeiro nível de predicação, expresso pelo verbo *reclamar*, ao qual se associam dois termos argumentais. Em *a anulação do gol*, por sua vez, tem-se outro predicador, que na sentença ocorre com apenas um argumento “o gol”. Nessa dissertação, será analisado apenas o predicador mais alto na hierarquia da sentença.

Em termos cognitivos, são as proposições resultantes da interpretação de um texto que compõem a macroestrutura textual e que estarão disponíveis na memória de longo prazo. Entretanto, van Dijk diz que existem limitações quanto ao número de proposições que podem ser processadas pela memória de trabalho. De acordo com

Kintsch & van Dijk (1983), somente um número limitado de proposições pode ser processado durante o tempo de duração de um ciclo de ligação entre uma proposição e outra. As proposições que são processadas em múltiplos ciclos e as que ficam mais tempo na memória de trabalho são as que mais serão lembradas posteriormente. A memória de trabalho orienta a seleção das proposições mais recentes e das que estão numa hierarquia mais elevada de importância. Se um ciclo de processamento não consegue lidar com muitas proposições ao mesmo tempo, a memória de trabalho passa ao próximo ciclo de processamento.

van Dijk & Kintsch (1983) acrescentaram a estas representações semânticas do texto a flexibilidade e a falibilidade do usuário e, com isso, eles se distanciam da análise puramente textual em direção ao conhecimento de mundo do usuário e à interação textual que se configura entre o leitor e texto. Acontece que o conhecimento do leitor e as estratégias que ele usa no processo de compreensão são limitadas. Kintsch e van Dijk propõem então um modelo situacional que incorpora as interpretações corretas e incorretas do leitor a respeito de um texto.

O modelo situacional pode, por exemplo, explicar as diferenças individuais nas interpretações textuais, as diferenças de significados em traduções e a falibilidade e flexibilidade da memória. Nesse sentido, o contexto sociocultural de informação e interação são aspectos importantes a serem considerados e justificam o interesse de Kintsch e van Dijk em analisar a superestrutura pragmática do texto ou as estruturas esquemáticas similares à estrutura retórica de um texto.

A superestrutura nada mais é do que a estrutura “hierárquica de categorias convencionais” (VAN DIJK, 2004, p.30), característica individual dos diferentes gêneros textuais e que “fornece a sintaxe completa para o significado global, isto é, para a macroestrutura do texto” (idem). É a forma global de um texto que define a sua organização e as relações, em níveis hierárquicos, de seus respectivos fragmentos. “Uma superestrutura, mais do que a “forma sintática de uma oração, é descrita em termos de categorias e regras de formação” (VAN DIJK 1978, p.49 apud FÁVERO; KOCH, 1983, p. 88). van Dijk (2004) diz que os usuários da língua manipulam a

superestrutura de um texto estrategicamente, na tentativa de ativá-la na memória semântica, assim que o contexto ou gênero textual fornecem as pistas necessárias. Um esquema será então ativado na memória e usado para a interpretação.

“(…) o esquema poderá ser usado como um poderoso recurso “top down” de processamento para atribuição de categorias superestruturais relevantes (funções globais) a cada macroproposição ou seqüências de macroproposições, além de fornecer, ao mesmo tempo, alguns delimitadores gerais sobre os possíveis significados locais e globais da base textual” (VAN DIJK, 2004, p. 30-31).

Isto implica dizer que, se um leitor reconhece a superestrutura de um determinado gênero textual, ele terá a possibilidade de antecipar a organização global daquele texto, contribuindo para sua compreensão.

O modelo de construção/integração primeiramente proposto por Kintsch foi desenvolvido e estendido no modelo de processamento de Kintsch e van Dijk. Neste modelo, o processo de representação mental de um texto consiste de duas fases. Uma fase de construção, em que é construído um modelo mental aproximado, baseado no texto e no conhecimento de mundo do leitor. E uma fase de integração, na qual o modelo mental se estabiliza, descartando informações irrelevantes e redundantes. Nesta etapa ocorre um processo de ativação na rede de proposições, que ora estimula as ligações entre as proposições, ora descarta as ligações mais fracas, para integrar uma representação mental bem estruturada. A representação resultante desse processo é então estocada na memória de longo prazo.

Nos modelos de Kintsch & van Dijk (1978) e van Dijk & Kintsch (1983), a distinção entre micro e macroestrutura concorda com a base textual e o modelo de situação. Um texto produz uma base textual que é integrada ao conhecimento de mundo do leitor e resulta num modelo de situação. A base textual é uma representação mental semântica que é derivada do texto e processada na memória de trabalho. A construção de uma base é relevante se satisfizer critérios como coerência local ou global. Segundo Louwerse & Graesser (2006), duas características globais

caracterizam a representação mental de um texto: a macroestrutura e o conhecimento de mundo. O conhecimento de mundo do leitor é utilizado para fazer conexões e interpretar o texto. Dessa forma, a teoria diz que o modelo de situação resultante do texto é o produto final da compreensão, uma mistura de estruturas derivadas diretamente do texto e de estruturas que foram acrescentadas pelo conhecimento de mundo do leitor/ouvinte.

No modelo de construção-integração, a base textual representa o significado das orações e sentenças interligadas por proposições. Os autores acima citados afirmam ainda que as proposições são unidades de significado que correspondem grosso modo às orações simples.

Kintsch (1974 apud LOUWERSE; GRAESSER, 2006) afirma que a redução de um texto em proposições não é uma operação formal em que possam ser aplicadas regras bem definidas para produzir uma estrutura esperada. Essa elaboração é intuitiva e a macroestrutura resultante tem propriedades específicas como: as proposições que aparecem na macroestrutura são ordenadas na ordem em que os predicados se apresentam no texto; a macroestrutura se apresenta de tal forma que contém toda a informação necessária de um discurso natural.

As pesquisas indicam que a macroestrutura é responsável pela lembrança do texto na memória e que seu resultado é um resumo mental do mesmo. Os pesquisadores dizem que as proposições da macroestrutura são melhor lembradas do que as da microestruturas (GRAESSER, 1981; KINTSCH; KEENAN, 1973; KINTSCH, KOZMINSKY, STREBY, MCKOON; KEENAN, 1975; MCKOON E RATCLIFF, 1980; MEYER, 1975 apud LOUWERSE E GRAESSER, 2006).

Os autores destacam que, devido ao fato de as macroestruturas estarem em um nível mais alto nas sequências de proposições, torna-se difícil identificar as manifestações linguísticas das macroproposições e suas macroestruturas em nível superficial de um texto. Kintsch (2002) se refere à macroproposição como sendo uma sequência de proposições derivada das operações de seleção, generalização e construção. Entretanto, Louwerse & Graesser (2006) dizem que podemos identificar

alguns indicadores macroproposicionais, tais como títulos, resumos e sentenças tópico, que geralmente aparecem no início ou fim de um parágrafo.

### **2.3 Elementos que conferem coesão ao texto**

Em relação à estrutura textual, podemos pensar também nos elementos sintáticos de coesão que podem facilitar o processo de compreensão. Sabemos que a coesão resulta do estabelecimento de uma rede de relações no texto. Koch (2004) afirma que a coesão estabelece relações de ordem semântica. O sentido em um texto é formado a partir de um conjunto de relações que ligam uma oração com a anterior e formam o que Koch chama de “laço” ou “elo coesivo”. Isto é, os termos do texto se conectam em uma sequência de relações conceituais que formam uma continuidade. “A coesão, por estabelecer relações de sentido, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos” (KOCH, 2004, p. 16).

Infere-se a partir da citação acima que a função da coesão é justamente possibilitar a continuidade do texto como uma sequência de interligações de relações que garante a compreensão. Essas ligações são interpretadas à medida em que avançamos ou retrocedemos na leitura de um texto. Elas, além de estarem na superfície textual, se encontram no nível subjacente, o semântico. O uso de elementos coesivos em um texto vai facilitar a sua leitura porque explicita os tipos de relações existentes, determinando a transição de idéias entre as orações e os parágrafos, permitindo assim que o texto seja inteligível. A coesão textual “diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (idem, p. 18). Os mecanismos de coesão são descritos por Halliday & Hassan (1976 apud KOCH, 2004) como cinco processos: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical.

Koch (2004) explica que os elementos de referência são os itens da língua que não são interpretados semanticamente pelo seu próprio sentido, mas que relacionam-se a outros elementos do discurso necessários à sua interpretação. Distingue-se a referência exofórica, quando o referente encontra-se fora do texto, da endofórica, quando o referente encontra-se expresso no texto. A referência pessoal é realizada por pronomes pessoais e possessivos; a referência demonstrativa, pelo uso de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar; e a comparativa, feita por via indireta, através de identidades ou similaridades. A anáfora estabelece uma relação a um item precedente no texto e a catáfora ao item que se segue.

Koch & Elias (2007) distinguem as formas de introdução de referentes no modelo textual como ancorada e não ancorada. A não ancorada introduz um referente novo e a introdução ancorada ocorre quando um novo objeto-de-discurso for introduzido no texto, em associação com elementos já constantes no co-texto ou no contexto sociocognitivo.

Outro mecanismo de retomada de referentes é a substituição, que consiste na “colocação de um item em lugar de outro(s) elementos(s) do texto ou até de uma oração inteira”. Ou ainda “uma relação interna ao texto em que uma espécie de “coringa” é usado em lugar da repetição de um item em particular” (KOCH, 2004, p.20). Na substituição, diferentemente da referência, acontece uma redefinição do elemento referido. É usada quando a referência não é idêntica ou há uma especificação nova a acrescentar. A substituição pode ser realizada por meio de pronomes, numerais, indefinidos, hiperônimos etc.

A substituição, além de evitar a repetição de palavras, também pressupõe uma ato de interpretação e análise, em que o locutor avalia a adequação do termo substituidor. Os termos que substituem retomam uma referência feita por um nome. Um termo pode ainda substituir um segmento maior do que o nome: uma oração inteira, um período ou um parágrafo. O processo de substituição consiste no que Koch & Elias (2007) chamam de “retomada ou manutenção no modelo textual”, uma operação que é responsável pelas cadeias de progressão referencial.

Para Hallyday & Hassan (apud KOCH, 2004), a referência indica a identidade entre o item de referência e o item pressuposto, enquanto na substituição há uma redefinição desse item.

“A substituição seria usada precisamente quando a referência não é idêntica ou quando há, pelo menos, uma especificação nova a ser acrescentada, o que requer um mecanismo que não seja semântico, mas essencialmente gramatical. Esse processo de redefinição tem o efeito de “repudiar”, do item pressuposto, tudo o que não seja transportado na relação de pressuposição: a nova definição é constrativa com relação à original” (KOCH, 2004, p. 20).

O processo de substituição gramatical envolve os pronomes, que são elementos que dependem de referências, já que por si mesmos não são suficientes para determinar conteúdo lexical. Os pronomes trazem traços de pessoa, número e gênero, mas estas características não identificam o referente. O pronome precisa da relação de dependência com o antecedente para obter conteúdo referencial e poder ser interpretado. Esta dependência do pronome em relação a seu antecedente é chamada de correferência. A correferência é uma relação em que o elemento pronominal se refere a uma mesma entidade na representação mental. A substituição pronominal é um recurso gramatical que possibilita a retomada de referências do texto, dando a continuidade referencial necessária para a coerência do texto. Koch & Elias (2007) explicam que as formas pronominais são tratadas como pronominalização de elementos co-textuais anafóricos e catafóricos pelos estudos linguísticos.

A elipse também é um recurso que articula sucessivos segmentos do texto. Consiste na substituição de um elemento (sintagma, oração ou um enunciado recuperáveis pelo contexto) por zero, ou seja, na omissão ou ocultação de um termo que pode ser recuperado pelo contexto.

Outro elemento que possibilita a coesão textual é a conjunção, que estabelece relações significativas específicas entre as orações num período, entre os períodos e um parágrafo e entre os parágrafos de um texto. Essas relações são marcadas por elementos que correlacionam, segundo Koch (2004, p. 21), “o que está para ser dito àquilo que já foi dito”. São conectores ou partículas de ligação os advérbios, locuções

adverbiais, conjunções coordenativas e subordinativas, locuções conjuntivas, preposições, locuções prepositivas e outros itens continuativos.

Outro aspecto importante para a formação de sentidos de um texto é a coerência. Entendemos coerência textual como Koch & Travaglia (2004), que a definem como um princípio de interpretabilidade. Na opinião das autoras:

“a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto” ( p.21).

Pode-se dessa forma inferir que a coerência é o resultado de processos cognitivos de leitura que estabelece uma orientação ao texto no inter-relacionamento de elementos não somente lingüísticos mas também contextuais, extralingüísticos e pragmáticos. Um texto é coerente quando se pode interpretá-lo como uma unidade de sentido e este sentido depende de fatores lingüísticos internos e externos da língua. Antunes (2005) diz que coesão e coerência possuem uma relação interdependente, pois a coesão “é uma decorrência da própria continuidade exigida pelo texto, a qual, por sua vez, é exigência da unidade que dá coerência ao texto” (ANTUNES, 2005, p. 177). Os recursos coesivos que estão na superfície do texto, de acordo com Koch (2005), podem fornecer pistas que orientam o leitor na construção de sentidos. Da mesma maneira, achamos que as expressões referenciais e as ligações entre orações podem nos fornecer pistas da recuperação do conteúdo do texto nos resumos dos indivíduos. Por mais que tenhamos consciência de que um texto para ser coerente não precisa necessariamente ser coeso, pensamos que, no caso do tipo de texto proposto na pesquisa, o texto argumentativo, a presença de recursos coesivos é desejável para a compreensão da proposta do autor.

Nesta pesquisa esperamos que, ao resumir um texto, o leitor mantenha algumas das estruturas da microestrutura para elaborar, a partir delas, uma macroestrutura global, ou resumo coerente do texto fonte. Se essa representação

resultante satisfaz um número de propriedades constantes no discurso, no caso equivalente a um texto argumentativo, podemos talvez dizer que há o entendimento do discurso. Para de alguma forma alcançar estas propriedades, vamos nos deter na verificação de alguns dos elementos de coesão descritos nesta seção. Lembramos que a representação que tomaremos como exemplo, o resumo, é um parâmetro na forma escrita, um possível resultado de compreensão de um texto. Entendemos que os elementos que conferem coesão serão pistas úteis para verificar se houve ou não compreensão do texto.